



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

BÁRBARA CAROLINA VANDERLEY BOAVENTURA

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO:
REVISITANDO O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

BRASÍLIA

2015

BÁRBARA CAROLINA VANDERLEY BOAVENTURA

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO:
REVISITANDO O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharela em Letras - Português.

Orientadora: Professora Doutora Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues.

BRASÍLIA
2015

A meus pais e à minha irmã, minhas fortalezas de todos os dias.

Dedico também a meus amigos mais próximos e a todos que, de alguma forma, caminharam comigo nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, Pai e Mestre que me guia em todos os momentos de minha vida, por ter me fortalecido e capacitado, sobretudo nos momentos de adversidade durante minha trajetória universitária.

À minha família, em especial, a meus pais, Evanice e Ezequiel, por me inspirarem diariamente e por me ensinaram a valorizar o que realmente importa. Um agradecimento especial a meu pai, que leu e releu cuidadosamente esse trabalho.

À minha irmã, Ludmila, por ser minha cúmplice e meu exemplo de determinação.

À minha querida tia, Maria Lúcia, por ser minha segunda mãe, e estar ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus amigos e amigas mais próximos, principalmente por me ouvirem e me encorajarem a não desistir.

À minha orientadora e professora, doutora Ulisdete Rodrigues, pela sincera parceria e amizade e pela tranquilidade com a qual me orientou.

Aos amigos de curso, Dulce, Lara, Lucas e Rayane, pela importante contribuição e disposição em me ajudarem na concretização deste trabalho.

Ao professor Lucas, servidor do Centro Educacional do Lago Sul, pelo valioso apoio para a obtenção do *corpus* desse trabalho.

Melhor sermos repreendidos pelos gramáticos

do que não sermos entendidos pelo povo.

SANTO AGOSTINHO

Uma teologia que insiste no uso de determinadas palavras e frases, ao passo que proíbe outras, em nada

torna as coisas mais claras. [...]. Ela gesticula com palavras, como se poderia dizer,

porque deseja dizer algo e não sabe como expressá-lo. A prática dá as palavras o seu significado.

LUDWIG WITTGENSTEIN

A língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neológica.

A contribuição milionária de todos os erros.

OSWALD DE ANDRADE

RESUMO

O presente trabalho discute a Variação Linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa (LP) utilizados no ensino médio. Partindo do propósito de descrever e analisar a abordagem dada pelos autores dessas obras à Variação Linguística (VL), o objetivo principal é avaliar se os livros didáticos recentemente utilizados pela rede pública de ensino proporcionam ao educando o desenvolvimento da consciência linguística para melhor compreensão dos fenômenos que refletem a diversidade linguística da Língua Portuguesa falada no Brasil. Para atingir tal finalidade, os estudos de Bagno (1999, 2001), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2007), Scherre (2009) e de outros linguistas foram essenciais para a fundamentação deste trabalho. Como *corpus* do estudo foram selecionados cinco livros didáticos indicados pelo *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*. Os dados coletados estão registrados em tabelas a fim de facilitar o entendimento e a análise do *corpus*. Como resultado do estudo, constatou-se que, em todos os livros didáticos, existe pelo menos um capítulo destinado à Variação Linguística. Além disso, existem exercícios que ajudam no desenvolvimento da consciência linguística do aluno, especialmente sobre os tipos de variação. Entretanto, o estudo mostra que existem confusões e omissões teóricas na produção do material didático, já que importantes conceitos não foram considerados, ou se foram, foram apresentados de maneira superficial.

Palavras-chave: Variação Linguística. Livro Didático. Língua Portuguesa. Sociolinguística Educacional.

ABSTRACT

This paper discusses the linguistic variation in the Portuguese textbooks that are used in the high schools. By describing and analyzing the approach that the authors of these books use when talking about linguistic variation, the main goal is to evaluate if the textbooks, used by the public education, provide to a student the development of the linguistic conscience to a better comprehension of phenomena that reflect the linguistic diversity of Brazilian Portuguese. To achieve this purpose, researches from Bagno (1999, 2001), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2007), Scherre (2009) and others are essential to validate this paper. For the formation of the study *corpus*, this paper used five textbooks, which were indicated by the *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*. The information collected is recorded in charts to facilitate the understanding and analysis of the *corpus*. As a result of the study, it was observed that in all of the analyzed textbooks there is, at least, one chapter for the linguistic variation. Furthermore, there are exercises that help the development of the linguistic conscience of the student. However, the study shows that there are theoretical mistakes and omissions in the production of educational material, once important concepts were not considered or, if they were, it was showed superficially.

Keywords: Linguistic Variation. Textbook. Portuguese Language. Educational Sociolinguistics.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Sugestão de roteiro para análise dos livros didáticos.....	17
Quadro 2 – Roteiro utilizado para análise do <i>corpus</i>	18
Quadro 3 – <i>Corpus</i> do estudo: os livros didáticos selecionados.....	18
Figura 1 – Primeiro Atlas Linguístico do Brasil.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Livro <i>Português: contexto, interlocução e sentido</i>	37
Tabela 2 – Livro <i>Novas Palavras</i>	38
Tabela 3 – Livro <i>Língua Portuguesa</i>	39
Tabela 4 – Livro <i>Português Língua e Cultura</i>	40
Tabela 5 – Livro <i>Ser Protagonista: Língua Portuguesa</i>	41

LISTA DE ABREVIATURAS

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

LP – Língua Portuguesa

VL – Variação Linguística

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO 1. TRILHANDO OS PRIMEIROS PASSOS.....	13
CAPÍTULO 2. HORA DA LARGADA!.....	15
CAPÍTULO 3. CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA DO PERCURSO.....	19
3.1 Revisitando conceitos da linguística moderna.....	19
3.2 Língua, variação e mudança linguística.....	22
3.3 Tipos de variação linguística.....	24
3.4 Norma culta e norma padrão: uma distinção essencial.....	26
3.5 O ensino de gramática: um embate entre a visão normativa e a visão sociolinguís- tica	27
3.6 Contribuições da Sociolinguística Educacional.....	29
3.6.1 Influência da escola verificada nos estilos monitorados.....	30
3.6.2 Caráter sociossimbólico das regras variáveis.....	31
3.6.3 Inserção da variação sociolinguística na matriz social.....	31
3.6.4 Restrição dos estilos monitorados a eventos de letramento.....	31
3.6.5 A não dissociação da sociolinguística educacional e dos estudos etnográficos	31
3.6.6 Conscientização crítica dos docentes e discentes.....	32
3.7 Estrutura curricular, o livro didático de Língua Portuguesa e a prática docente.....	32
3.7.1 Estrutura curricular do Ensino Médio.....	32
3.7.2 O livro didático de Língua Portuguesa.....	34
3.7.3 A prática docente do professor de Língua Portuguesa.....	35
CAPÍTULO 4. HORA DA CHEGADA!	37
4.1 Apresentação dos dados coletados.....	37
4.2 Discutindo os dados e conhecendo o Manual do Professor.....	44
4.2.1 Livro didático 1: <i>Português: contexto, interlocução e sentido</i>	45
4.2.2 Livro didático 2: <i>Novas Palavras</i>	46
4.2.3 Livro didático 3: <i>Língua Portuguesa</i>	47
4.2.4 Livro didático 4: <i>Português Língua e Cultura</i>	48
4.2.5 Livro didático 5: <i>Ser Protagonista: Língua Portuguesa</i>	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE	55

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realidade linguística brasileira é extremamente rica em diversidade. Marcada por vários fatores extralinguísticos, a língua portuguesa falada no Brasil possui características bastante peculiares, características essas que são objeto de estudo de muitos trabalhos e pesquisas acadêmicas.

A partir do século XX, com o desenvolvimento da linguística moderna e, posteriormente, em 1960, com os estudos sociolinguísticos inaugurais de William Labov, o ensino de língua ganha novas concepções e, conseqüentemente, assume novos rumos.

Por conseguinte, o alcance dos estudos linguísticos no ensino de Língua Portuguesa nas salas de aula do ensino básico configura-se como objeto que merece ser investigado. A partir desse cenário dos estudos linguísticos, este trabalho nasce com o intuito de analisar as concepções linguísticas que os materiais didáticos de Língua Portuguesa trazem aos estudantes do Ensino Médio brasileiro, mais especificamente a abordagem que tais obras dão à temática da Variação Linguística (VL). Como recorte para composição do *corpus* do estudo, foram selecionados cinco títulos de livros didáticos, todos indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático do triênio 2013 a 2015. Cabe ressaltar que o presente estudo não pretende findar as possibilidades de análises para o objeto escolhido, uma vez que são muitos os títulos de coleções didáticas utilizadas pela educação básica no País, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino.

Portanto, a intenção inicial consiste na investigação *in loco* para saber qual o tratamento dado à VL e demais tópicos atrelados a seu estudo. Abordaremos também a força pedagógica do livro didático em nosso sistema educacional, a postura docente do professor de língua portuguesa, os marcos normativos da educação brasileira, entre outros aspectos importantes.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir, mesmo que modestamente, para a área de estudos e pesquisas da Sociolinguística Educacional e para estudos correlacionados.

CAPÍTULO 1: TRILHANDO OS PRIMEIROS PASSOS

Em 1929, surgia no Brasil um programa de distribuição de livros didáticos aos alunos da rede pública de ensino. Hoje, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), promovido pelo Ministério da Educação, é o maior programa de aquisição de obras didáticas para estudantes do ensino regular (fundamental e médio) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além de obras didáticas, o PNLD, que tem seu ponto de culminância em períodos trienais, provê às escolas públicas de todo o país acervos de obras literárias e complementares, além de dicionários que contemplem os conteúdos programáticos de cada componente curricular. Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2015, foram mais de 137 milhões de livros didáticos distribuídos em todo o País.

Assim, a partir da força pedagógica que o livro didático apresenta na educação brasileira, este trabalho almeja avaliar, através de análise descritiva-comparativa, o tratamento dado à Variação Linguística (VL) pelos autores dos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio. Para isso, selecionamos um *corpus* de estudo composto por cinco livros que serão melhor apresentados na metodologia do presente estudo, intitulada de *Hora da largada!* Todas as obras selecionadas estão indicadas no *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*, sendo que são coleções seriadas, constituídas de três volumes (cada volume corresponde a um ano do ensino médio regular).

Desde 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) chamam a atenção para a diversidade linguística brasileira, além de ressaltarem o papel da escola de proporcionar o conhecimento aos alunos acerca da Variação Linguística:

Alternativamente, do ponto de vista da abordagem gramatical descritiva, pode-se considerar que em nosso país convive uma enorme variedade linguística, determinada por regiões, idades, lugares sociais, entre outros. Assim, as noções de certo ou errado, tão típicas da abordagem normativa ou prescritiva, cederiam espaço para as noções de adequação ou inadequação em virtude das situações comunicativas de que o falante participa. É papel da escola lidar de forma produtiva com a variedade linguística de sua clientela, sem perder de vista a valorização da variante linguística que cada aluno traz consigo para a escola e a importância de se oferecer a esse aluno o acesso à norma padrão – aquela que é prestigiada quando se testam suas habilidades para ingressar no mundo do trabalho, por exemplo (BRASIL, 2000, p. 82).

Mais recentemente, um novo documento, de âmbito nacional, está em processo de elaboração e discussão entre pais, professores, diretores e coordenadores educacionais, além da participação de cidadãos: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Seu objetivo principal é a uniformização das propostas pedagógicas e curriculares da educação infantil, ensino fundamental e médio de todas as escolas brasileiras. Entre as várias reflexões e apontamentos trazidos pela BNCC, está a concepção de língua, na qual se considera os fenômenos de variação e mudança linguísticas:

Considera-se a *língua* como um polissistema que agrega múltiplas variedades, conforme a situação social de uso da oralidade, da leitura e da escrita. A consciência da variação e das mudanças da língua e a valorização de todas as variedades como possuidoras de uma gramática eficaz e legítima são, portanto, determinantes para a forma de condução do trabalho voltado para os conhecimentos linguísticos pelo/a professor/a. A valorização das diferentes variedades da língua implica a valorização das diferentes identidades sociais (BRASIL, 2015, p. 41).

Neste sentido, o objetivo principal é avaliar, qualitativamente, como a Variação Linguística – e demais temáticas que se relacionam à VL – são apresentadas aos alunos do ensino médio da rede pública. Para tanto, algumas perguntas parecem essenciais: “Há capítulos destinados ao tratamento da VL? Que tipos de variação são abordadas e quais são as mais contempladas? O fenômeno da VL é tratado como elemento intrínseco da língua como sistema que é? Que gêneros textuais são utilizados na seção de exercícios para promover a reflexão do estudante sobre o tema? Existe uma preocupação em teorizar cautelosamente conceitos como *língua*, *linguagem*, *norma culta*, *norma padrão*, *gramática normativa*, *variação linguística*, *mudança linguística*, *adequação linguística*, *competência comunicativa*, entre outros?” Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder nas próximas páginas deste estudo.

CAPÍTULO 2: HORA DA LARGADA!

O presente trabalho insere-se na área da Sociolinguística, que teve seus estudos inaugurados pela *teoria da variação* ou *teoria variacionista* de William Labov. Para a *Sociolinguística variacionista*, os padrões linguísticos apresentados por uma comunidade de fala são fontes significativas para a análise científica das formas linguísticas que estão em concorrência ou em mudança. Para isso, um determinado fenômeno da língua é escolhido como objeto de estudo (como por exemplo, a concordância verbal) para que, posteriormente, os dados sejam descritos estatisticamente. Fatores linguísticos (aspectos estruturais da língua) e fatores extralinguísticos (aspectos de ordem social e econômica) são variáveis essenciais para a pesquisa de natureza quantitativa. Em uma entrevista concedida à *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Labov, em resposta à pergunta que questionava o objeto de estudo da Sociolinguística, respondeu: “É a língua, o instrumento que as pessoas usam para se comunicar com os outros na vida cotidiana. Esse é o objeto que é o alvo do trabalho em Variação Linguística” (Labov, 2007).

Apesar da colaboração dos estudos da Sociolinguística variacionista, serão as contribuições da Sociolinguística Educacional, que teve seus estudos pioneiros com a contribuição de Stella Maris Bortoni-Ricardo, literatura essencial para a fundamentação teórica utilizada. Entre outros aspectos, Bortoni-Ricardo empenha-se na investigação da língua falada por brasileiros e brasileiras moradores de áreas urbanas e rurais e a partir daí, constrói uma prática de ensino que valoriza o conhecimento linguístico dessas variedades sem restringir o acesso à cultura letrada. Em suma, trata-se de um ensino que potencialize a *competência comunicativa* do falante, conceito que será retomado posteriormente.

Bortoni-Ricardo e colaboradores estudam a partir de uma visão sociolinguística e etnográfica, que se relaciona com a “pedagogia culturalmente sensível”, tradução do termo *culturally responsive pedagogy*, proposto por Frederick Erickson, professor de Educação e Antropologia da Universidade da Califórnia. Nas mais diversas obras que publicou, Bortoni-Ricardo aponta as contribuições da sociolinguística na prática educacional, mostrando que o professor é figura essencial nos conflitos linguísticos que se manifestam no contexto de sala de

aula:

(...) o uso do português popular em sala de aula, que em muitos casos é motivo de discriminação e desvalorização de seus usuários, é um problema que pode ser bem administrado por professores, quando desenvolvem estratégias, intuitivas ou intencionais, de ajustamento das crianças falantes dessa variedade à cultura escolar (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 83).

Tais concepções pedagógicas, que buscam valorizar o vernáculo do aluno no ambiente escolar, conversam com as reflexões que Paulo Freire (2002) traz em sua obra *Pedagogia da autonomia*, na qual o educador descreve a importância do diálogo entre o que ele chama de “saberes dos educandos” e os conteúdos ensinados:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2002, p. 15).

Todavia, diante do objetivo proposto e da área na qual se insere esse estudo, o ambiente escolhido para a coleta dos dados foi o livro didático *in loco*. Por esse motivo, este trabalho baseia-se em uma pesquisa de cunho descritivo-analítico – e não de caráter variacionista, uma vez que um fenômeno linguístico específico não será observado sob a perspectiva quantitativa. Entretanto, analisaremos, sob um olhar comparativo e descritivo, o tratamento da VL no material didático. Para tanto, foram selecionados cinco livros didáticos de Língua Portuguesa direcionados aos alunos do ensino médio regular da rede pública. Todas as coleções selecionadas (compostas por três volumes), indicadas no Guia de *livros didáticos PNLD 2015*, foram publicadas no ano de 2013 e são válidas até o ano de 2015. De maneira geral, alguns questionamentos configuraram-se como ponto de partida para a coleta e sistematização das informações encontradas nas obras:

- a. Que tipo(s) de variação linguística são apresentado(s): histórica, regional; social, situacional, estilística?
- b. Quais conceitos que perpassam a temática da variação linguística são mencionados: *língua e linguagem, gramática normativa, variedades linguísticas, uso de gírias, adequação linguística, competência comunicativa, preconceito linguístico?*;

- c. Os autores/as das obras analisadas explicitam a distinção conceitual entre a *norma culta* e *norma padrão*?
- d. O livro didático considera a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?
- e. Que gêneros textuais são utilizados na seção de atividades propostas: tiras de humor, cartuns, contos, crônicas, textos publicitários, poemas, entre outros?

Nessa perspectiva, nosso objetivo central situa-se na descrição e análise da abordagem da VL nas obras elencadas (vide apêndice) , à luz das contribuições teóricas e práticas trazidas pelos estudos inseridos na Sociolinguística educacional. Para tanto, partimos de um roteiro traçado pelo linguista Marcos Bagno (2007), em seu livro *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, que contribuiu para a elaboração de questionamentos específicos para o objeto de estudo deste trabalho. Nos dois quadros seguintes, encontram-se reproduzidas, respectivamente, as perguntas sugeridas por Bagno (2007, p. 125-137) e as perguntas utilizadas para a análise do *corpus* do presente estudo):

1. O livro didático trata da variação linguística?
2. O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas existente no Brasil?
3. O tratamento limita-se às variedades rurais e/ou regionais?
4. O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?
5. O livro didático distingue a norma padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão como uma variedade real da língua?
6. O tratamento da variação no livro didático fica limitado aos sotaques e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?
7. O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?
8. O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro
9. O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?
10. O livro didático apresenta a VL apenas para dizer que o que vale mesmo é a norma padrão?

Quadro 1: Sugestão de roteiro para análise do *corpus*

1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da variação linguística? Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s)?

2. Que tipos de VL são abordados?

3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?

4. Trata a variação linguística como fenômeno inerente às línguas?

5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos?

- a. Preconceito linguístico;
- b. Mudança linguística;
- c. Adequação/inadequação linguística;
- d. Competência comunicativa/linguística.

6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinada aos exercícios?

Quadro 2: Roteiro utilizado para análise do *corpus*

Como *corpus* do estudo, foram escolhidas as seguintes obras didáticas (as capas estão reproduzidas no Apêndice desse trabalho):

Nome da obra	Autoria	Editora	Volume utilizado
1. Português: Contexto, interlocução e sentido	Maria Luiza Abaurre Maria Bernadete M. Abaurre Marcela Pontara	Moderna	1 (1ª série EM)
2. Novas Palavras	Emília Amaral/ Mauro Ferreira Ricardo Leite /Severino Antônio	FTD	1 (1ª série EM)
3. Língua Portuguesa	Roberta Hernandes Via Lima Martin	Positivo	1 (1ª série EM)
4. Português: língua e cultura	Carlos Alberto Faraco	Base Editorial	2 (2ª série EM)
5. Ser Protagonista Língua Portuguesa	Rogério de Araújo Ramos	Edições SM	1 (1ª série EM)

Quadro 3: *Corpus* do estudo: os livros didáticos selecionados

CAPÍTULO 3: CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA DO PERCURSO

A fim de constituir a base teórica da presente pesquisa, revisitamos, inicialmente, alguns conceitos da Linguística moderna e da Sociolinguística — tanto a variacionista (Labov) quanto a educacional (Bortoni-Ricardo) —, que serão fundamentais na tarefa de análise dos dados a ser feita posteriormente neste estudo. Para tanto, foram consultadas obras produzidas por linguistas brasileiros, como Bagno (2001, 2003, 2007), Bechara (2006, 2009), Bortoni-Ricardo (2004), Marta Scherre (2009), Polli da Silva (2009), Sírío Possenti (1996) e outros. Além disso, utilizamos como referencial teórico três gramáticas, sendo duas de abordagem tradicional (*Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara e *Nova gramática do português contemporâneo* de Cunha e Cintra) e uma de perspectiva linguística (*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* de Bagno), além de uma entrevista concedida pelo linguista William Labov e artigos e trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a temática da variação linguística, como a tese de doutorado *Contribuições da Sociolinguística Educacional para materiais de formação continuada de professores de Língua Portuguesa*, de Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias (2011). Por fim, e não menos importantes, foram consultados documentos referenciais produzidos pelo Ministério da Educação, tais como o *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*, as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais e ainda, em processo de elaboração e discussão no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular.

3.1 Revisitando conceitos da linguística moderna

A língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p. 17). No começo do século XX, o linguista franco-suíço Ferdinand de Saussure foi o responsável por iniciar os estudos científicos que impulsionaram a linguística moderna. Em sua teoria, ele descreve a língua em uma realidade dicotômica. Uma importante dicotomia saussuriana é a *langue* e *parole* (língua e fala, respectivamente), na qual a língua corresponde ao sistema abstrato, com o conjunto de regras internalizadas e de uso coletivo, ao passo que a *fala* representa a manifestação concreta e de

caráter individual da língua. Nessa perspectiva, Saussure (2006) enxergava a língua em duas dimensões: a social e a individual.

Outrossim, é interessante perceber que o linguista pontuava a natureza heteróclita das línguas, ou seja, as línguas como sistemas pouco homogêneos, que apresentam caráter de diversidade:

O que primeiro surpreende no estudo das línguas é sua *diversidade*, as diferenças linguísticas que se apresentam quando se passa de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro. Conquanto as divergências no tempo escapem ao observador, as divergências no espaço saltam imediatamente aos olhos. (...). É exatamente por via dessas comparações que um povo toma consciência de seu idioma (SAUSSURE, 2006, p. 221).

Posteriormente, na segunda metade do século XX, o linguista norte-americano Noam Chomsky retomou as dicotomias saussurianas, propondo-lhe novas interpretações. Em sua teoria gerativa, Chomsky inova ao trazer a dicotomia de *competência* e *desempenho* (também denominado *performance*). Basicamente, a *competência chomskiana* “seria o conhecimento que o falante tem de um conjunto de regras que lhe permite produzir e compreender um número infinito de sentenças, reconhecendo aquelas que são bem formadas, de acordo com o sistema de regras da língua” (Bortoni-Ricardo, 2014, p. 71).

Em tempos mais atuais, por volta da década de 1990, Dell Hymes (1927-2009), sociolinguista e antropólogo norte-americano, trouxe importantes contribuições teóricas para os estudos sociolinguísticos, reformulando a teoria de Chomsky. Seus estudos foram importantes na constituição de uma teoria etnográfica e comparativa da linguagem. Para ele, o conceito chomskiano de competência não daria conta da dimensão sociocultural das línguas, dimensão essa que está fortemente atrelada à realidade da variação linguística. Para Hymes, a competência vai além das regras da formação de sentença, pois, também, relaciona-se com normas sociais e culturais que circunscrevem o contexto de fala. Assim, o falante comunicativamente competente seria aquele que adequa seu discurso conforme o contexto pragmático de fala. Essa acomodação do discurso de acordo com o contexto é chamada de *adequação linguística*.

Adicionalmente, a teoria de Hymes propõe outros conceitos como o de *viabilidade*, porém, não é intenção aprofundarmos em sua teoria nesse estudo. Por outro lado, nos será de grande valia o conceito de *competência comunicativa* trazido pelo sociolinguista, exatamente pelo fato

de ele abranger a realidade sociocultural das línguas. A noção de competência comunicativa trazida pela teoria de Hymes é melhor explicada por Stella Bortoni:

Do ponto de vista da sociolinguística educacional, para operar de uma maneira aceitável, um membro de uma comunidade de fala tem de aprender o que dizer e como dizê-lo apropriadamente, a qualquer interlocutor e em quaisquer circunstâncias. Essa capacidade pessoal, que inclui tanto o conhecimento tácito de um código comum, como a habilidade de usá-lo, foi denominada *competência comunicativa* (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 62).

Nesse sentido, entender que os falantes compõem sentenças bem formadas é essencial para compreender que usuários nativos de uma língua, ao ingressarem no ambiente escolarizado, dispõem de *competência linguística* para quaisquer manifestações orais. Então, como funcionaria o ensino da língua materna a partir do olhar da sociolinguística educacional? Sobre esse aspecto, Bortoni-Ricardo (2004) situa, em sua obra *Educação em língua materna: a sociolinguística da sala de aula*, como a escola torna-se essencial nesse processo:

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75).

Em suma, a sociolinguista defende um ensino preocupado com o desenvolvimento da habilidade linguística do aluno nos mais diversos contextos interacionais do discurso. Certamente será no ambiente escolar que o estudante poderá adquirir recursos comunicativos que lhe possibilitem atuar com competência nas mais diversas circunstâncias socioculturais.

A partir dessa concepção trazida pela Sociolinguística educacional, podemos olhar para as diretrizes e demais documentos brasileiros de cunho educacional com uma outra perspectiva: uma perspectiva que se preocupa com o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. De acordo com as Orientações Educacionais Complementares aos PCNs do Ensino Médio, o estudante deve avançar nos conhecimentos e habilidades que lhe possibilitem ser competente nos diversos contextos linguísticos:

Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho (BRASIL, 2006, p. 55).

Outro documento que propõe as várias habilidades para o estudante do ensino médio é a *Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio*. Nela, são apresentados os eixos cognitivos comuns a todas as áreas, além das competências esperadas para os quatro grandes blocos de conhecimentos avaliados no Enem. Conforme a competência da área 8 da Matriz de Referência para Linguagens, Códigos e suas tecnologias (que dentre outros componentes curriculares, contempla a Língua Portuguesa), é esperado do estudante a compreensão e o uso da Língua Portuguesa como língua materna, sob a forma das três seguintes habilidades:

- H25 – Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.
- H26 – Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social;
- H27 – Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação (BRASIL, 2009, p. 4).

3.2 Língua, variação e mudança linguística

Pensar o ensino de língua materna sob o olhar da sociolinguística educacional é, antes de mais nada, repensar conceitos fundamentais com os quais o professor e os livros didáticos lidam a todo tempo, como por exemplo, a noção de língua, a abordagem da gramática normativa, as contradições acerca da norma padrão e não padrão, entre outros.

Segundo Cunha e Cintra (2008, p. 1), “a língua é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a língua é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age”. Como fato social que é – conforme Saussure (2006) já havia constatado – as relações entre língua e sociedade foram alteradas, nas últimas décadas, sobretudo pelos estudos sociolinguísticos, que olhou a língua sob uma nova ótica: a ótica do sociocultural que é inerente aos sistemas linguísticos.

A partir do avanço da Sociolinguística, os fenômenos linguísticos são analisados a partir das complexas relações econômicas, culturais, históricas, geográficas de uma sociedade. Nesse sentido, torna-se contemporânea a concepção de língua como meio de comunicação social (diferentemente da concepção sistêmica de língua proposta pela teoria de Saussure), mutável e variável em todos os seus aspectos. Nesse sentido, Cunha e Cintra (2008) descrevem como a variação torna-se elemento intrínseco das línguas:

Condicional de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação, é pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 3).

Após compreender a variação como fenômeno dinâmico e presente nas línguas, torna-se inevitável não mencionar a mudança linguística, que está relacionada à VL. A mudança linguística no português pode ser notada nas pesquisas que mostram o afastamento do Português Brasileiro (PB) do Português Europeu (PE), desde o século XIX. Bagno (2007) explica o contexto no qual as mudanças linguísticas surgem, mostrando a relação entre a mudança e variação linguística:

(...) a mudança linguística não ocorre toda de uma vez dentro da comunidade de falantes – uma parte dos falantes adota mais rapidamente a mudança, outra parte conserva por algum tempo as formas antigas. Assim, o que ocorre é uma competição, uma concorrência entre a variante inovadora e a variante conservadora. Por isso, o estudo da variação é tão importante para a compreensão do fenômeno da mudança linguística – a língua muda porque varia (BAGNO, 2007).

Nesse raciocínio, a língua possui, portanto, duas forças motrizes: de um lado a força da conservação, presa aos moldes estruturas tradicionais da língua e expressa nas gramáticas normativas, manuais e dicionários, e de outro, a da variação, que reflete o caráter dinâmico da língua, nas suas mais diversas situações de uso.

Pelas noções de variação e mudança linguística, perpassa a noção de *norma* (em momento posterior iremos nos ater mais precisamente à definição desse conceito). De acordo com Bechara (2009, p. 42), “a norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz assim, e não de outra maneira”. Essa norma é, frequentemente (e na maioria das vezes), ditada pela camada de maior prestígio social e econômico. De acordo com Castilho,

(...) a classe de prestígio não atua apenas na língua. Ela dita, igualmente as normas de comportamento, o estilo da roupa (...). Ao escolher uma variante, essa classe condena, por assim dizer, as outras variedades (CASTILHO, 2009, p. 10).

Nessa posição de condenar as demais variantes por parte das classes mais prestigiadas, surge uma problemática, não só no âmbito linguístico, mas também social: o *preconceito linguístico*. Bagno (1999), em seu livro *Preconceito linguístico: o que é e como se faz?*, que se

tornou conhecido por apresentar a temática por meio de oito mitos que constituem a mentalidade do preconceito linguístico, escreve:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, (...) uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não é raro a gente ouvir que isso não é português” (BAGNO, 1999, p. 40).

Ainda sobre essa temática, dentre os objetivos gerais do componente da Língua Portuguesa, a Base Nacional Comum Curricular destaca-se o combate ao preconceito linguístico: “refletir sobre a *variação linguística*, reconhecendo relações de poder na sociedade, combatendo as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem, sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer” (BRASIL, 2015, p. 44).

3.3 Tipos de variação linguística

Antes de avançarmos para a discussão do ensino da língua e seu contexto educacional, é importante nos determos um pouco sobre os diferentes tipos de variação que podem existir nos sistemas linguísticos. Basicamente, são cinco os tipos de variações encontradas nas línguas: diacrônica, diatópica, diastrática, diamésica e diafásica.

A *variação diacrônica* (do grego ‘*krónos*’, tempo) é aquela constatada na evolução histórica da língua, ou seja, é verificada nos diferentes momentos pelos quais a língua passa. Por esse motivo, é conhecida, na maioria das vezes, como variação histórica, sendo mais notada no vocabulário e nas gírias usadas pelas diferentes gerações de falantes. Um exemplo atual desse tipo de variação é o emprego do verbo *ficar* pelos jovens, utilizado para expressar um relacionamento amoroso sem compromisso ou então o uso abusivo do gerúndio por parte de atendentes de *telemarketing*. A *variação diatópica* (do grego ‘*topós*’, ‘lugar’) refere-se às variantes encontradas entre falares de diferentes países e regiões, o que traz diferentes significados que uma única mesma palavra pode admitir ou ainda um único significante ser expresso de diferentes maneiras de acordo com a região geográfica do falante. Em suma, essa variação constitui-se nos espaços geográficos, sendo, portanto, chamada também de variação geográfica ou regional. Esse tipo de variação é bastante presente no Brasil, por diversos motivos, e dentre eles, está a extensão territorial brasileira que contribui para a heterogeneidade linguística

do PB. A *variação diastrática* (do grego ‘stratum’, ‘camada’, ‘estrato’) diz respeito aos diferentes usos da língua que se dão no nível sociocultural, ou seja, são os diferentes modos de falar correspondentes às camadas socioeconômicas, conhecida também por variação social ou sociocultural. A *variação diafásica* (do grego *phásis*, ‘expressão, modo de falar’) é a variação estilística, refere-se ao uso diferenciado e próprio que cada falante faz da língua. Esse uso está condicionado ao monitoramento do discurso. Por fim, e não menos importante, a *variação diamésica* (do grego ‘mesós, meio de comunicação), verifica-se na comparação entre a modalidade escrita e oral da língua, sendo muito importante, nesse tipo de variação o conceito de gênero textual.

Alguns linguistas debruçaram-se em produzir mapas linguísticos do Brasil, como o primeiro *Atlas linguístico brasileiro*, elaborado por Antenor Nascentes (1922). Apesar de o trabalho de Nascentes apontar para certas atualizações, ainda reflete a configuração variacional do PB, que está subdividida em seis grandes blocos: *mineiro*, *fluminense*, *baiano*, *nordestino*, *amazônico* e *sulista*, além do *território incaracterístico*, que corresponde hoje à região Centro-Oeste.

Figura 1: Primeiro Atlas Linguístico do Brasil



3.4 Norma culta e norma padrão: uma distinção essencial

Sabe-se que, quando o assunto é norma padrão e norma culta, existe uma discrepância conceitual em relação a esses dois termos. Muitos os utilizam de forma indiscriminada, colocando-os como sinônimos, entretanto, é fundamental esclarecer a distinção existente entre *norma padrão* e *norma culta*.

A *norma padrão* baseia-se no conjunto de normas prescritas pelas tradições gramaticais e inspiradas na literatura canônica. De caráter artificial, a norma padrão não reflete as práticas linguísticas efetivas do PB, configurando-se como sistema homogêneo e imutável. Por sua vez, a *norma culta* corresponde às práticas linguísticas de falantes com nível de escolaridade elevado e aos modelos de uso encontrados em textos formais, especialmente na modalidade escrita. Nesse sentido, a norma culta é essencialmente heterogênea, pois varia socialmente.

Ao olhar para as variações diatópicas da língua (e para a extensão territorial brasileira), admitimos que existe mais de uma variedade culta, isto é, há mais de uma norma culta. Nessa perspectiva, a norma padrão seria aquela que unifica a norma culta, pois prescreve regras para que se alcance um padrão de língua, sobretudo na modalidade escrita. Polli da Silva (2009) explica o momento em que a norma culta confunde-se com a padrão:

A expressão norma culta, entretanto, é utilizada em dois contextos bastante diferentes. Um deles é o fato de ser esta a nomenclatura utilizada pela maioria dos gramáticos quando da apresentação de seus trabalhos. Norma culta, nesse caso, confunde-se com nossa definição de norma padrão (POLLI DA SILVA, 2009, p. 45).

Alguns linguistas voltaram seu olhar para traçar a definição da norma culta. Faraco (2002), em sua obra *Norma padrão brasileira: desatando alguns nós*, assim define a norma culta:

(...) a expressão norma culta deve ser entendida como a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem um certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial com aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social (FARACO, 2002, p. 40).

Bagno (2011), em sua *Gramática pedagógica do português brasileiro*, justifica o fato de a norma padrão não corresponder a uma variedade linguística:

O mais importante a enfatizar é que a norma padrão não é uma variedade linguística: ela é um construto sociocultural, artificial, da mesma natureza dos códigos penais, das leis de trânsito, dos pesos e medidas, da velocidade máxima dos elevadores, da cotação das moedas estrangeiras, etc. Justamente por isso, ela não corresponde em grande parte à intuição linguística dos falantes: suas prescrições – por serem anacrônicas, isto é,

divorciadas da realidade contemporânea da língua – tentam impor sempre os usos linguísticos menos comuns, mais raros, quando não simplesmente inexistentes (BAGNO, 2011, p. 984).

3.5 O ensino da gramática: um embate entre a visão normativa e a visão sociolinguística

Apesar de os estudos linguísticos (sobretudo os de viés sociolinguístico) mostrarem que as variedades linguísticas são elementos naturais das línguas, e que conseqüentemente o fenômeno da mudança linguística decorre da variação linguística, a prática docente de Língua Portuguesa parece desconsiderar esses apontamentos. Sendo assim, o ensino normativo e prescritivo de gramática, marcado muitas vezes pela concepção conservadora de língua é o que prevalece nas salas de aula. E esse ensino, que desconsidera a variação linguística, tende a favorecer a repressão e discriminação linguísticas.

De maneira geral, a prática escolar das aulas de LP está pautada na teorização gramatical, marcada por classificações e nomenclaturas que, muitas vezes, são desprovidas de significado para os educandos. Muito dessa ausência de significância por parte dos alunos deve-se ao fato de não haver uma correspondência entre o que se aprende sobre língua em sala de aula e o uso efetivo da língua no cotidiano do discente. Dessa forma, o aluno vê uma grande distância entre as regras prescritas pela gramática tradicional e o uso pragmático que se faz da língua.

Scherre (2009) afirma que “o grande conflito é que se ensina gramática normativa afirmando que está se ensinando língua materna” (Scherre, 2009, p. 95). Entretanto, a concepção de ensino de língua materna é uma realidade incoerente, haja vista que Chomsky, em seus estudos sobre a aquisição da linguagem durante a infância, aponta a aquisição da língua materna como um processo natural:

Se você puser uma criança num certo ambiente em que haja linguagem, ela vai adquirir a linguagem, é apenas uma outra forma de crescimento. Não há aprendizagem em qualquer sentido geral do termo. Você pode tentar ensinar uma língua se quiser, mas você estará apenas distorcendo o processo normal, e provavelmente a criança não prestará nenhuma atenção (CHOMSKY, 1997, p. 127-128).

Contudo, é válido registrar que o que defendemos aqui não diz respeito à supressão da gramática normativa no ensino de Língua Portuguesa, mas a problemática da questão consiste em como esse professor irá lidar com esse ensino de LP sem desconsiderar os usos linguísticos que

fogem do padrão prescrito pela tradição gramatical. Em outras palavras, defende-se um ensino que propicie ao aprendiz um repertório linguístico que lhe possibilite atuar, com competência linguística, nos múltiplos contextos discursivos. Faço minha as palavras de Polli da Silva, em seu livro *Sociolinguística e a língua materna*: “Nosso aluno precisa torna-se um falante ativo da língua, que fala e escreve, não uma pessoa capaz de decorar regras” (Polli da Silva, 2009, p. 187).

Marta Scherre (2009) também pontuou, em uma de suas reflexões feitas na obra *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*, sua concepção sobre o ensino da gramática normativa, ressaltando que o ensino da gramática normativa não corresponde ao “ensino de língua materna” (posicionamento que vai ao encontro das reflexões de Chomsky):

(...) não sou contra gramática normativa. Não tenho como ser contra. (...). Seu ensino tem, nas comunidades modernas, uma função da qual não se pode fugir. Não se pode furtar de ensinar a usar uma arma de luta social. O que tem de ficar bem claro é que quando o professor de português está ensinando gramática normativa, ele não está ensinando língua materna, ele não está ensinando língua portuguesa. Língua materna se adquire, não se aprende e nem se ensina (SCHERRE, 2009, p. 93).

Nessa perspectiva, o ensino da língua que desconsidera os diversos usos da língua e não estimula o desenvolvimento da adequação linguística favorece o desgostar dos alunos para com a Língua Portuguesa. Assim, as aulas de português puramente normativas fortalecem a mentalidade nos aprendizes de que “não sabem português” ou de que “a língua portuguesa é muito difícil”. Diante desse quadro, Scherre (2009) defende uma atualização da gramática normativa de língua portuguesa, apontando a necessidade de pesquisas linguísticas que mostrem as diferenças e semelhanças entre a modalidade escrita e oral da língua.

Em sua obra *Por que (não) ensinar gramática na escola*, Sírrio Possenti (1996) defende a tese de que saber uma gramática de uma língua não é saber, categoricamente todas as regras normativas da língua, posto que “o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica” (p. 53). Em outras palavras, o ensino de gramática, para Possenti, não deve dispensar tempo em regras e prescrições que os falantes da língua já dominam, mesmo que inconscientemente, mas deve-se priorizar a reflexão sobre os usos da língua.

Assim, para o professor que pretende fomentar a consciência linguística em seus alunos, faz-se necessário que ele saiba distinguir conceitos fundamentais, como *norma culta* e *padrão*,

adequação linguística, competência comunicativa, entre outros. Além disso, é essencial que o docente tenha consciência de que o ensino da norma padrão de uma língua não deve ser descartado, porém deve ser pensado e lecionado de maneira que não repreenda outras variedades da língua distantes da modalidade padrão prescrita pelos compêndios e gramáticas.

De acordo com as *Orientações Curriculares Educacionais aos PCNEM*, a norma deve ocupar lugar nas aulas de português do ensino médio, porém ela não deveria ser a única variedade da língua ensinada e trabalhada em sala de aula:

A norma culta, considerada como uma das variedades de maior prestígio quando se trata de avaliar a competência interativa dos usuários de uma língua, deve ter lugar garantido na escola, mas não pode ser a única privilegiada no processo de conhecimento linguístico proporcionado ao aluno (BRASIL, 2006, p. 76).

3.6 Contribuições da Sociolinguística Educacional

A Sociolinguística enquanto ciência nasce com a preocupação da inserção de crianças provenientes de grupos sociais de menor poder econômico e de cultura predominantemente oral nos contextos escolares. Dois princípios pautaram seu desenvolvimento: o relativismo cultural e a heterogeneidade linguística. O primeiro deles postula que nenhuma língua ou variedade linguística pode ser considerada inferior ou subdesenvolvida, independentemente do nível tecnologia da comunidade de fala. O segundo princípio presume que toda a língua é marcada pela variação, e que essa ocorre de maneira sistemática, ou seja, a variação organiza-se segundo pressupostos estruturais dentro da língua.

Com o avanço dos estudos da Sociolinguística educacional, algumas crenças foram desconstruídas. A principal delas diz respeito ao fato de que os professores não deveriam intervir na correção dos chamados erros gramaticais (cf. Bortoni-Ricardo e Oliveira, 2013, p. 43-52). Entretanto, alguns aspectos fundamentais devem ser levados em consideração no ensino de língua portuguesa:

- a. Todo enunciado linguístico deve adequar-se ao contexto de produção de fala; remete-se aqui à noção de adequação linguística;

- b. Entre a modalidade escrita e a oral há diferenças significativas que precisam ser consideradas (alguns linguistas debruçaram-se mais sobre para investigar essa distinção, como por exemplo, o linguista Luis Antonio Marchuschi);
- c. A noção de *aceitabilidade* trazida pelo antropólogo norte-americano Goodenough (1997) e exposta no capítulo Tradição da Antropologia cultural: Dell Hymes e a Etnografia da Comunicação.

Stella Bortoni-Ricardo (2005), linguista que inaugurou grande parte dos estudos na área de sociolinguística educacional no Brasil, traz importantes contribuições teóricas, a fim de mostrar a efetiva relevância desses estudos no contexto educacional. Em sua obra *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*, a autora aponta seis princípios das pesquisas em Sociolinguística Educacional. A seguir, abordaremos, de maneira breve, cada um desses pressupostos.

3.6.1 Influência da escola verificada nos estilos monitorados

De acordo com o primeiro princípio, a influência da escola no ensino formal de língua materna deve ser procurada nos contextos de maior monitoramento, ou seja, de maior formalidade. Dessa maneira, o vernáculo, expressão espontânea da língua, revela-se em momentos de maior descontração e baixo monitoramento, independentemente do nível de escolarização e letramento do falante. Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 131), “a tarefa da escola está justamente em facilitar a incorporação ao repertório linguístico dos alunos de recursos comunicativos que lhes permitam empregar com segurança os estilos monitorados da língua”. É válido destacar que apesar de Labov e Harris (1986) considerarem o vernáculo como sistema básico, a escola constitui-se fundamental no processo de aquisição de um repertório que ultrapassa os limites do vernáculo. Assim, a escola age na incorporação de repertório linguístico que ofereça segurança ao falante para expressar-se em contextos de maior monitoração linguística.

3.6.2 Caráter sociossimbólico das regras variáveis

Refere-se ao julgamento social negativo que são de avaliação negativa no ambiente social objeto de correção feito aos usos que fogem ao padrão gramatical.

3.6.3 Inserção da variação sociolinguística na matriz social

Bortoni-Ricardo (2005) atribui como principal fator da VL a má distribuição de bens materiais em nosso País e o consequente acesso limitado da população menos favorecida economicamente aos bens culturais. Realidade essa que se diferencia do quadro da linguística em outras sociedades como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo, onde a VL é índice sociossimbólico de etnicidade. Isso significa que a VL não tem o potencial de conflito interétnico, como no caso da sociedade norte-americana.

3.6.4 Restrição dos estilos monitorados a eventos de letramento

O quarto princípio postula que a ocorrência de usos monitorados da língua devem restringir-se a eventos de letramento em sala de aula. Dessa forma, estilos marcados pela oralidade e nenhum monitoramento devem ocupar contextos mais casuais. Nesse ponto, Bortoni-Ricardo (2005, p. 132) ressalta: “Desta forma, em lugar de dicotomia entre português culto e português ruim, institui-se na escola uma dicotomia entre letramento e oralidade” .

3.6.5 A não dissociação da Sociolinguística Educacional e dos estudos etnográficos

O quinto princípio proposto por Bortoni-Ricardo (2005, p. 132) afirma que “a descrição da variação na Sociolinguística Educacional não pode ser dissociada da análise etnográfica e interpretativa do uso da variação em sala de aula”. Aqui a sociolinguista deseja ressaltar a análise detalhada do processo interacional a fim de compreender os significados que a VL assume.

3.6.6 Conscientização crítica dos docentes e discentes

O sexto e último princípio consiste na “conscientização crítica dos professores e alunos quanto à variação e à desigualdade social que ela reflete” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 133). Nesse princípio, a sociolinguista ressalta a pesquisa de empoderamento e a pesquisa colaborativa como formas de atingir a conscientização docente e consequentemente a conscientização discente: “É preciso que se estabeleça um efetivo diálogo com o professor por meio de pesquisa, que o enriqueça e o torne apto a promover uma autorreflexão e uma análise crítica de suas ações.” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 133).

3.7 Estrutura curricular do ensino médio, o livro didático de língua portuguesa, e a prática docente

3.7.1 Estrutura curricular do Ensino Médio

Ao longo de sua história, a perspectiva curricular do Ensino Médio brasileiro assumiu um caráter fragmentado e dissociado da vivência cotidiana do educando. Tal afirmação encontra respaldo no Caderno III do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: *Formação de Professores do Ensino Médio: o currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral*, conforme o trecho a seguir demonstra:

(...) a organização curricular do ensino médio que se instituiu ao longo do tempo se caracterizou pela fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques e hierarquizadas, de modo a valorizar algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras (BRASIL, 2013, p. 7).

Entretanto, essa postura curricular revelou alguns de seus limites, que apontam para a necessidade de repensar novos currículos escolares, assim como ferramentas metodológicas. A seguir, alguns dos limites evidenciados pelo caráter dualista, hierarquizado e fragmentado do currículo do ensino médio:

- a) estruturação baseada em conceitos e saberes que pouco se explicam, por estarem desarticulados da realidade experimentada;
- b) aprendizagem pela repetição, sem oportunidade de contextualização e significação;
- c) isolamento e hierarquização entre as áreas do conhecimento;

d) formalismo derivado das ciências que compõem as disciplinas escolares.

O Brasil ainda não dispõe de um documento curricular nacional que estabeleça os conteúdos que todos os alunos e alunas brasileiros (as) têm direito de aprender, mas com a publicação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) essa realidade caminha para se transformar. A BNCC funcionará como referência para todas as escolas brasileiras – públicas e particulares – para a organização dos conteúdos essenciais a todos os níveis da educação básica no País.

Nesse ponto, dois breves comentários são válidos. Primeiramente, a BNCC não deve ser encarada como uma enciclopédia das escolas brasileiras, mas sim como uma iniciativa de alinhamento curricular, com expectativas de melhorias na educação brasileira. Obviamente, apenas um documento nacional não tem a força de alterar a realidade educacional de nosso País. É fundamental a participação efetiva de vários outros elementos nesse processo – refiro-me aqui, basicamente à existência de recursos de ordem estrutural e também à participação de docentes, pedagogos, coordenadores e diretores educacionais e demais profissionais envolvidos na educação. Outro aspecto que merece ser mencionado é que em seu artigo 26º, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (nº 9394/96) já apontava para a necessidade de uma base nacional curricular:

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, p. 11, 1996).

Nesse contexto, em 16 de setembro de 2015, o Ministério da Educação publicou a proposta preliminar da BNCC. A previsão é de que sugestões e críticas ao documento sejam feitas até 15 de dezembro de 2015 (data limite para a primeira consulta pública). Em fevereiro de 2016, uma segunda versão do documento será disponibilizada para outra rodada de opiniões e a proposta final segue para o Conselho Nacional de Educação, para ser aprovada até junho de 2016.

Na apresentação da versão inicial do documento, o ministro de Estado da Educação à época, Renato Janine Ribeiro, descreve o caráter de mudança que a BNCC terá na formação docente e na elaboração de material didático:

(...) primeiro, a formação tanto inicial quanto continuada dos nossos professores mudará de figura; segundo, o material didático deverá passar por mudanças significativas, tanto pela incorporação de elementos audiovisuais (e também apenas áudio, ou apenas visuais)

quanto pela presença dos conteúdos específicos que as redes autônomas de educação agregarão (BRASIL, 2015, p. 2).

3.7.2 O livro didático de Língua Portuguesa

Em uma entrevista concedida ao *Jornal Diário na Escola – Santo André* (de agosto de 2004), o linguista e professor da PUC de São Paulo, Egon de Oliveira Rangel, fala sobre o uso do livro didático no contexto educacional brasileiro, além de discorrer sobre o processo de escolarização e o trabalho com a reescrita. Abaixo, segue a reprodução do trecho da entrevista no qual o educador responde sobre sua experiência de atuação com o PNLD:

Diário na Escola – Professores que pautam sua prática somente nas diretrizes dos livros didáticos, quando são impedidos de fazê-lo, creditam a isso a não aprendizagem das crianças e o empobrecimento do trabalho com a língua. Com sua experiência de trabalho no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o que o senhor acha disso?

Egon de Oliveira Rangel – Apesar de correntes pedagógicas que veem no livro didático (LD) um dos males tradicionais do ensino, acredito que o LD pode ser um excelente instrumento de trabalho, tanto para o professor, como para o aluno. E penso que boa parte do professorado vê no LD um auxiliar valioso, capaz de estabelecer uma adequada mediação entre o ensino e aprendizagem. Reconhecendo isso, o MEC, por meio do PNLD, garante aos professores do ensino fundamental público, a escolha e o uso de qualquer dos livros aprovados pelo programa. Assim, uma situação em que o professor é impedido de utilizar um LD, ao menos na escola pública, só pode ser um desvio a ser investigado, ou uma escolha – da Secretaria de educação local ou da própria escola – que o professor deve procurar conhecer, porque as alternativas certamente serão oferecidas. No entanto, é bom lembrar que nenhum LD trabalha sozinho, nem faz milagre. Dito de outra forma: o essencial, para eficácia do ensino/aprendizagem, é o trabalho do professor, e, portanto, a qualidade de sua formação e de sua atuação como educador, assim como as adequadas condições para o seu trabalho, inclusive no que diz respeito à remuneração (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2004, grifos nossos).

Bagno (2007), em sua obra *Nada na língua é por acaso*, considera que o processo de elaboração dos livros didáticos no Brasil caminha conjuntamente com os estudos de linguistas e especialistas da área, porém aponta como problemática a abordagem que tais obras fazem sobre a variação linguística:

Apesar disso, o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático. A gente percebe, em muitas obras, uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico e de valorizar a multiplicidade linguística do português brasileiro. Mas a falta de uma base teórica consistente, e sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança (BAGNO, 2007, p. 119).

3.7.3 A prática docente do professor de Língua Portuguesa

A prática docente, por si só, já configura como exercício de grande complexidade, sobretudo se considerarmos a realidade educacional de nosso País. Diante da discussão linguística promovida no transcorrer desse trabalho, verificamos a necessidade de repensar a prática docente do professor de Língua Portuguesa. Sobre essa temática, são várias as opiniões sobre o ensino de LP, mas de maneira geral, elas caracterizam-se por estarem em um quadro polarizado: de um lado, os defensores da tradição gramatical e indiferentes às novas propostas pedagógicas de ensino, impulsionados pelos estudos sociolinguísticos e de outro, os que acreditam em uma nova prática de educação linguística, que valorize os diversos usos linguísticos, sobretudo os mais estigmatizados.

Conforme Polli da Silva (2009, p. 43) explica em seu livro, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam para um ensino de LP que “deve levar ao conhecimento do aluno as outras variedades de sua língua e lutar contra todos os tipos de preconceitos linguísticos oriundos de um ensino tradicional que considera apenas uma variedade como correta em prejuízo das demais”. A autora completa afirmando que “um dos grandes problemas das aulas de português é a não valorização do uso brasileiro da língua, o que as deixam presas a compêndios gramaticais retrógrados” (Polli da Silva, 2009, p.43).

Bechara (2006, p. 14) acredita que “a grande missão do professor de língua materna (...) é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação”. Essa percepção está bastante associada ao conceito da *competência comunicativa*, explorado por Stella Maris Bortoni em várias de suas publicações.]

Na introdução de sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* (Gramática: a quem será que se destina?) Bagno (2011, p. 20) parte da convicção de que “não se deve fazer um ensino explícito, técnico e taxonômico de gramática na educação básica”. Ele exorta os leitores que considera principais de sua gramática –professores e professoras de LP – para o reconhecimento dos principais traços característicos do português brasileiro e considera fundamental essa conscientização para aqueles que se ocupam da educação linguística no Brasil.

Além disso, o autor defende um ensino pautado nos processos de leitura e escrita, a fim de se desenvolver eventos de letramento em sala de aula:

Faz um bom tempo já que se firmou entre os pesquisadores da área da educação linguística a convicção de que a função primordial da escola, no que diz respeito à pedagogia de língua materna, é promover o letramento de seus aprendizes. E para essa promoção do letramento, as atividades fundamentais são a leitura e a escrita, com foco na diversidade de gêneros textuais que circulam a sociedade (BAGNO, 2011, p. 19).

Luft (1995), em sua obra *Língua e liberdade*, defende a tese do que ele chama “ensino natural da gramática”. Segundo o linguista, trata-se de um ensino que parte da gramática internalizada (GI) do estudante em direção à gramática explícita (GE), que é em um movimento de GI → GE. Nas palavras de Luft:

Dado o saber prévio do aluno – como base natural de operações –, a língua materna está numa situação totalmente diversa das demais disciplinas escolares: lida-se com algo que o aluno já “sabe”. A versão GI → GE expressa que o indispensável é a gramática implícita: desta se pode partir para a gramática explícita (LUFT, 1995, p. 105).

Assim, a postura do professor de língua portuguesa deve basear-se em práticas pedagógicas que incentivem e propiciem aos estudantes as competências linguísticas. De acordo com os PCNEM, podemos elencar alguns fatores básicos para o ensino de LP; um ensino que não desconsidera o contexto de variação, mas, ao contrário, busca valorizá-lo:

- a) Os sujeitos que participam do processo de ensino e aprendizagem devem ter consciência de que qualquer língua, entre elas a portuguesa, comporta um grande número de variedades linguísticas, que devem ser respeitadas.
- b) Tais variedades são mais ou menos adequadas a determinadas situações comunicativas, nas quais se levam em consideração os interlocutores, suas intenções, o espaço, o tempo.
- c) Quando se considera a pluralidade de discursos proporcionados por essas variedades, nas modalidades oral e escrita, torna-se pertinente o questionamento de rótulos como certo e errado.
- d) Cabe à escola propiciar que o aluno participe de diversas situações de discurso, na fala ou na escrita, para que tenha oportunidade de avaliar a adequação das variedades linguísticas às circunstâncias comunicativas (BRASIL, 2000, p. 75).

CAPÍTULO 4 : HORA DA CHEGADA!

É chegado o momento da coleta e exposição dos dados. Apresentaremos, por meio de cinco tabelas, os dados e informações coletadas nas obras didáticas analisadas (alguns excertos foram retirados dos livros para exemplificar e complementar as respostas para cada questionamento). Como apresentado na metodologia (*Hora da largada!*), seis perguntas serviram de norte para a análise dos livros, a título de recordá-las, reproduzimo-las novamente:

1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a VL? Em caso afirmativo, qual o objetivo do (s) capítulos?
2. Que tipos de VL são abordados?
3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?
4. Trata a variação linguística como fenômeno inerente às línguas?
5. Explica os seguintes conceitos correlatos?
 - a) adequação/inadequação linguística;
 - b) preconceito linguístico;
 - c) mudança linguística;
 - d) competência comunicativa/linguística.
6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática (tanto na apresentação teórica quanto na parte dos exercícios propostos)?

4.1 Apresentação dos dados coletados

Como já apontado na metodologia, este trabalho busca investigar e analisar a abordagem da VL em algumas obras didáticas do Ensino Médio publicadas mais recentemente. A partir de um roteiro de perguntas traçado pelo linguista Marcos Bagno (2007), em seu livro *Nada na língua é por acaso*, elaboramos um roteiro específico para o *corpus* do estudo, procurando adaptar os questionamentos feitos pelo linguista. A seguir, as perguntas traçadas por Bagno:

1. O livro didático trata da variação linguística?
2. O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?
3. O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?
4. O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?
5. O livro didático separa a norma padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão com uma variedade real da língua?
6. O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao nível sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?
7. O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

8. O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?
9. O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?
10. O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma padrão? (BAGNO, 2007, p. 125-126).

Nas páginas seguintes, seguem-se as tabelas de análise:

Tabela 1: Livro *Português: contexto, interlocução e sentido* (Maria Luiza et al)

<p>1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da Variação Linguística?</p> <p>Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s) ?</p>	<p>O livro traz o capítulo 12 intitulado '<i>Linguagem e variação linguística</i>' no qual aborda as noções de <i>língua e linguagem, signo linguístico, variedades linguísticas, variação e norma, normas urbanas de prestígio, preconceito linguístico, gírias, variedades regionais, sociais e estilísticas</i>. Finaliza o capítulo com o conceito de <i>mudança linguística</i>.</p>
<p>2. Que tipos de Variação Linguística são abordados?</p>	<p>O livro trata das variedades regionais e sociais (diatópicas e diastráticas, respectivamente) e depois aborda as variedades estilísticas (diafásicas).</p>
<p>3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?</p>	<p>As autoras não tratam sobre a diferença conceitual entre norma padrão e culta.</p>
<p>4. Trata a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?</p>	<p>Na seção 'Variação e Norma', as autoras afirmam: "<i>A variação linguística é natural e decorre do fato de que as línguas são sistemas dinâmicos e extremamente sensíveis a fatores como a região geográfica, o sexo, a idade, a classe social dos falantes e o grau de formalidade do contexto</i>" (p. 161)</p>
<p>5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos?</p> <p>a. Preconceito linguístico;</p> <p>b. Mudança Linguística;</p> <p>c. Adequação/inadequação linguística;</p> <p>d. Competência comunicativa/linguística.</p>	<p>Conceitua, de forma breve, a noção de preconceito linguístico da seguinte forma: "<i>Preconceito linguístico é o julgamento negativo que é feito dos falantes em função da variedade que utilizam</i>" (p. 161). Em um quadro adicional, as autoras chamam a atenção para piadas e comentários sobre os falares e sotaques das variedades regionais brasileiras. Além disso, em outra seção, a obra associa a VL com o fenômeno da mudança linguística, explicando que toda língua possui formas distintas em épocas distintas da história da língua. Relaciona a mudança linguística com os gêneros textuais, que manifestam as diferenças da língua quanto às escolhas temáticas quanto à escolha de vocábulos e organização de ideias no texto.</p>
<p>6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinada aos exercícios?</p>	<p>A primeira questão proposta explora os conceitos de signo, significado e significante a partir de uma campanha publicitária. O exercício seguinte é baseado em uma tira de humor, no qual se discute a noção de 'norma' e 'erro'. Na atividade seguinte, novamente uma tira humorística que se relaciona com a noção de adequação linguística do discurso. A terceira discussão proposta no capítulo é construída a partir de um anúncio publicitário, e gira em torno de grau de formalidade e gêneros discursivos, com a devida adequação da língua para o alcance do público alvo. As questões de 4 a 6 são norteadas por um trecho de uma revista, que traz a questão das gírias. As duas últimas perguntas são baseadas em uma tira de humor que traz à tona o tema das variedades sociais, ressaltando o contraste entre as variedades rurais e as normas urbanas de prestígio.</p>

Tabela 2: Livro *Novas Palavras* (Emília Amaral et al)

<p>1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da Variação Linguística?</p> <p>Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s)?</p>	<p>A unidade de Gramática do livro inicia-se com dois capítulos destinados à VL: “<i>Gramática, gramáticas</i>” (capítulo 1) e “<i>Noções de variações linguísticas</i>” (capítulo 2). Como objetos principais do capítulo, destacam-se: conscientização da gramática internalizada e gramática normativa (e seu papel no âmbito social); consciência da legitimidade das variedades estigmatizadas e importância da adequação linguística; diferenciação dos tipos de variação; origens da língua portuguesa.</p>
<p>2. Que tipos de Variação Linguística são abordados?</p>	<p>Os autores pontuam quatro tipos de variação: <i>sociocultural, situacional, histórica e geográfica</i>, explicadas separadamente.</p>
<p>3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?</p>	<p>Não explicita a diferença existente entre <i>norma culta</i> e <i>norma padrão</i>, distingue apenas a <i>variedade padrão</i> da <i>não-padrão</i>.</p>
<p>4. Trata a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?</p>	<p>Não ressalta o caráter inerente da VL nas línguas.</p>
<p>5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos?</p> <p>a. Preconceito linguístico;</p> <p>b. Mudança Linguística;</p> <p>c. Adequação/inadequação linguística;</p> <p>d. Competência comunicativa/linguística.</p>	<p>Aborda os conceitos de <i>adequação e inadequação linguística</i>. Sobre o preconceito linguístico, os autores não chegam a defini-lo, mas o abordam em um trecho de uma entrevista de Célia Apud (“Vale observar que o preconceito ao homem e à mulher do campo, até agora em vigência, traz também embutido o desprezo (...) ao trabalho braçal” (p. 164). Sobre a adequação linguística, os autores escrevem: “Quando uma pessoa se comunica com outra (s), para que esse ato se realize com eficiência, é necessário que ela seja capaz de fazer a adequação da linguagem à situação de comunicação” (p. 168)</p>
<p>6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinada aos exercícios?</p>	<p>Capítulo 1) A 1ª atividade baseia-se em uma tira de humor que explora a distinção entre a modalidade escrita e falada da língua; a 2ª é construída a partir da fala de um operário, na qual fica explícito a variação regional/geográfica e o uso da norma padrão; a 3ª questão refere-se ao poema <i>Aula de Português</i> de Drummond, que explora as variedades popular e padrão do LP. No 4º exercício, são transcritos trechos de duas gramáticas: um que prega a rigidez gramatical e o outro que defende a adequação da língua ao padrão brasileiro. Por fim, para tratar de adequação linguística, o exercício apresenta diversos contextos discursivos e para cada um deles, pelo menos dois textos que possuem o mesmo teor. Pede-se ao aluno que selecione o trecho que melhor se adequa à situação comunicativa.</p> <p>Capítulo 2) O 1º exercício explora as noções de língua e idioma, língua popular e variedades linguísticas; a 2ª atividade traz vários trechos para que o aluno identifique o tipo de variação linguística predominante. Para explorar a variação histórica, apresenta-se o poema <i>Antigamente</i> de Drummond e por fim, para tratar a inserção de termos estrangeiros na LP, utiliza-se um poema de Noel Rosa e um trecho de Veríssimo da obra <i>A versão dos afogados</i>.</p>

Tabela 3: Livro *Língua Portuguesa* (Roberta Hernandez e Via Lima Martin)

<p>1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da Variação Linguística?</p> <p>Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s)?</p>	<p>O livro apresenta o capítulo 11 (<i>Variação Linguística</i>) destinado especificamente para a temática da VL. Nele, são exploradas as variedades linguísticas (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical). As autoras inserem o conceito de competência comunicativa, além de mostrarem o contraste entre a visão dos linguistas e gramáticos em relação à língua e suas variantes. Há uma abordagem sobre gírias e jargões, formas de construção de identidade. Além disso, trata-se do preconceito linguístico sob a perspectiva sociolinguística, com citações de Bagno e Bortoni.</p>
<p>2. Que tipos de Variação Linguística são abordados?</p>	<p>No capítulo analisado não foi encontrado uma diferenciação explícita dos tipos de variação linguística.</p>
<p>3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?</p>	<p>As autoras não aprofundam sobre tal distinção, mas traça uma discussão acerca das variedades urbanas de prestígio, apresentando a importância de dominar essa variedade da língua, porém sem repreender as demais: “(...) <i>são as mais valorizadas socialmente, por isso é importante que os falantes a dominem, (...). Auxiliar no domínio dessa variedade é tarefa da escola, mas isso não deve se constituir como um fator de segregação e de preconceito linguístico</i> (p. 165)”</p>
<p>4. Trata a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?</p>	<p>No início da discussão do capítulo, as autoras afirmam: “<i>A variação linguística é um fenômeno próprio das línguas, inerente a elas. Por isso, não é possível dizermos que uma forma variante seja mais ou menos correta que outra</i>” (p. 162).</p>
<p>5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos?</p> <p>a. Preconceito linguístico;</p> <p>b. Mudança Linguística;</p> <p>c. Adequação/inadequação linguística;</p> <p>d. Competência comunicativa/linguística.</p>	<p>O conceito de <i>competência comunicativa</i> é assim definido: “<i>A competência comunicativa é, portanto, a capacidade de saber adequar o uso linguístico às necessidades impostas pela situação de comunicação. O conceito de competência comunicativa está relacionado ao conceito de monitoramento linguístico</i>” (p. 163).</p>
<p>6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinada aos exercícios?</p>	<p>No primeiro exercício proposto, tem o poema <i>Vaca Estrela e Boi Fubá</i> de Patativa do Assaré, no qual a variedade regional fica evidenciada, além das marcas de oralidade. Em seguida, propõe questionamentos sobre uso de formas variantes, a partir de um trecho de Ricardo Lima. Para tratar do uso de gírias, reproduziu-se um texto jornalístico publicado em um portal na internet. Um trecho da obra <i>Vidas Secas</i> de Graciliano Ramos foi apresentado para abordar as marcas regionais e coloniais. Para tratar da conceituação de língua, apresentou-se um trecho da <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> de Celso e Cunha. Três questões do Enem foram reproduzidas: a primeira, sobre os usos linguísticos não consagrados pela gramática tradicional; a segunda explora a variação lexical a partir da variedade de nomes para ‘mandioca’ e por fim, a última questão trabalha com a questão da rejeição das variedades rurais por parte de falantes urbanos.</p>

Tabela 4: Livro *Português: Língua e Cultura* (Carlos Alberto Faraco)

1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da Variação Linguística?	<p>O livro destina o capítulo 10 (<i>A variação linguística</i>) com os seguintes tópicos: ‘<i>A língua é um conjunto de variedades</i>’, ‘<i>A variação geográfica</i>’, ‘<i>A variação situacional</i>’ e ‘<i>A variação contextual</i>’ e a seção destinado às <i>Atividades</i>. O objeto principal do capítulo é tratar dos conceitos relacionados à VL de maneira que o aluno tome consciência de que a língua é um sistema complexo e diverso, e de que todas as variedades linguísticas são legítimas.</p>
Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s)?	
2. Que tipos de Variação Linguística são abordados?	<p>São abordados três tipos de variação: geográfica, social e contextual. De maneira geral, traz uma abordagem teórica pormenorizada de cada uma delas, porém não utiliza gêneros textuais diversos, como a maioria dos demais livros didáticos. A teorização sobre o assunto é feita de forma densa.</p>
3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?	<p>O autor discute como a língua padrão funciona como fator de e exclusão social, porém atribui à língua padrão as denominações de <i>norma culta</i> e <i>norma padrão</i>, colocando-as como sinônimos. .</p>
4. Trata a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?	<p>Sobre o caráter de variabilidade das línguas, o autor afirma: “nenhuma delas é uniforme, homogênea; todas conhecem variação na pronúncia, no vocabulário e na estruturação gramatical; todas se materializam como um conjunto de variedades geográficas, sociais e contextuais” (p. 158)</p>
5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos? a. Preconceito linguístico; b. Mudança Linguística; c. Adequação/inadequação linguística; d. Competência comunicativa/linguística.	<p>Alerta para a necessidade de combater-se o <i>preconceito linguístico</i>, assim definido: “(...) discriminação motivada pelo fato de o outro falar diferente está pelo nosso país, mas dele temos ainda pouca consciência, o que contribui para aumentar os seus efeitos nocivos” (p. 160).</p>
6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinado aos exercícios?	<p>De uma maneira geral, a primeira parte da seção de <i>Atividades</i> constitui-se de várias sugestões pedagógicas para o professor trabalhar a temática em sala de aula. A primeira atividade proposta baseia-se em uma entrevista gravada com um operário na década de 1980, que explicita a variedade popular da LP, como no seguinte trecho: “<i>Bom, mais nós tava saindo ... aí nós vamos pru relógio...</i>” (p. 169). Pede-se ao estudante que reescreva o trecho transformando-o em um texto efetivo, sem as marcas da narrativa oral. O segundo exercício trata-se de uma sugestão à turma para que se busque músicas da cultura <i>hip-hop</i>, a fim de discutir as formas de língua manifestadas por esse estilo musical. O exercício de número 3 sugere que os alunos escutem as músicas de Adoniran Barbosa com o intuito de prestar atenção na variedade de língua utilizada. A partir disso, a turma pode discutir a reação negativa dos críticos em relação às músicas do compositor. A última discussão proposta é construída a partir de um fragmento da obra <i>Por que (não) ensinar gramática na escola</i> de Sírio Possenti, a partir do qual propõe-se, primeiramente, a elaboração de um esquema com principais ideias sobre a VL e em seguida, a produção de um texto com um tópico que mais chamou atenção do estudante. Possui uma seção <i>Verifique seu Conhecimento</i>, que traz oito questões do Enem e vestibulares sobre a temática da VL e a relação de adequação/inadequação linguística.</p>

Tabela 5: Livro *Ser Protagonista: Língua Portuguesa* (Roberto Araújo Ramos)

<p>1. Possui capítulo (s) específico (s) para tratar a temática da Variação Linguística?</p> <p>Em caso afirmativo, quais os principais temas e conceitos abordados no (s) capítulo (s)?</p>	<p>O livro traz a noção de variabilidade linguística diluída em vários capítulos. Especificamente voltados para a VL, a coleção possui dois capítulos: capítulo 16: '<i>Linguagens, linguagem verbal e língua</i>' e capítulo 17: '<i>Uma língua, muitas línguas</i>'. O livro assume como eixos de trabalho a <i>variação linguística, a oralidade, as normas urbanas de prestígio, a distinção entre fala e escrita</i>. O volume analisado destina vários capítulos para o tratamento desses conceitos.</p>
<p>2. Que tipos de Variação Linguística são abordados?</p>	<p>São tratados quatro tipos de variações: <i>a histórica, a regional, a social e a situacional</i>.</p>
<p>3. Faz distinção entre norma culta e norma padrão?</p>	<p>Promove a diferenciação entre ambas. A <i>norma padrão</i> é explicada pelo autor nas seguintes palavras: “Na tradição de ensino, os manuais de gramática procuraram descrever esse modelo (vamos chamá-lo de norma padrão) e elevá-lo à categoria de “português correto” (p. 199). A norma culta está contextualizada da seguinte forma: “Hoje há iniciativas de descrição dos usos linguísticos dos falantes considerados cultos. Esses usos corresponderiam à efetiva <i>norma culta</i> (...)” (p. 199).</p>
<p>4. Trata a Variação Linguística como fenômeno inerente às línguas?</p>	<p>Segundo o autor, “a variação linguística é o fenômeno comum às línguas de apresentar variações em função da época, região, situação de uso e das particularidades dos falantes” (p. 198).</p>
<p>5. Menciona/aborda os seguintes conceitos correlatos?</p> <p>a. Preconceito linguístico;</p> <p>b. Mudança Linguística;</p> <p>c. Adequação/inadequação linguística;</p> <p>d. Competência comunicativa/linguística.</p>	<p>Em um quadro adicional, comenta sobre o <i>preconceito linguístico</i>, que para o autor, é uma das principais formas de intolerância que precisa ser combatida: “Ele [preconceito linguístico] é fruto de uma série de mitos linguísticos que se perpetuaram em nossa sociedade, levando as pessoas a acreditar que existem formas superiores, mais corretas ou mais cultivadas de falar” (p. 199).</p>
<p>6. Que tipos de gêneros textuais são usados para explorar a temática na seção destinada aos exercícios?</p>	<p>Capítulo 17) Na primeira seção destinada os exercícios (<i>Prática de linguagem</i>), a primeira atividade baseia-se em uma crônica de anúncios que ressalta a variação histórica. A atividade seguinte propõe ao aluno que identifique os tipos de variações presentes em um trecho do roteiro do filme <i>Cidade de Deus</i>. O terceiro exercício utiliza trecho de uma notícia jornalística para explorar a noção de adequação/inadequação linguística e marcas de informalidade. Na atividade 4, um trecho de uma entrevista com Mia Couto é reproduzido para discutir o mito de que a língua falada em Portugal seria o “verdadeiro português.” Na segunda seção prática (denominada <i>Língua Viva: O falante poliglota em sua própria língua</i>), são propostas questões sobre a crônica <i>Cultura</i> de Luis Fernando Veríssimo. A última questão, construída a partir de um trecho de uma conferência proferida por Bechara, pergunta ao aluno de que forma Veríssimo ilustra a opinião de Bechara sobre o ensino de língua portuguesa no ambiente escolar.</p>

4.2 Discutindo os dados e conhecendo o Manual do Professor

Após a análise dos dados coletados nas obras didáticas, foi possível notar que alguns aspectos foram desconsiderados pelos autores, deixando de serem mencionados nos livros didáticos. A partir da compilação reproduzida nas tabelas, um dado que chamou bastante atenção foi o fato de nenhum dos livros didáticos mencionar a pluralidade linguística de nosso País, o que fortalece o mito do monolinguismo brasileiro. É certo que a Língua Portuguesa é a língua oficial do País, falada pela maioria dos habitantes, porém não se pode deixar de lado a variedade de mais de 200 línguas que coexistem com o português no Brasil, línguas estas provenientes da formação histórica do povo brasileiro. Bagno (2007) lamenta o fato de o pluralismo linguístico do Brasil sempre ser ocultado:

O plurilinguismo sempre foi silenciado, inclusive por meio de ações violentas como proibições formais, massacres de povos indígenas, legislações que condenavam à prisão quem falasse outras línguas. É uma pena que toda essa história permaneça oculta e que a escola continue preservando o mito do monolinguismo que, para piorar, foi construído na ilusão de que o Brasil é um “milagre” linguístico porque todos os brasileiros se entendem perfeitamente num território maior do que a Europa Ocidental (BAGNO, 2007, p. 128).

Dessa maneira, seria muito importante que as obras didáticas tivessem uma maior preocupação no sentido de explorar a riqueza linguística que o Brasil tem, sem desmerecer nenhuma comunidade linguística, mesmo que essa tenha um número reduzido de falantes (como é o caso de várias tribos indígenas brasileiras que vivem de maneira isolada ou têm contato restrito com outros grupos sociais). Além disso, seria interessante que os autores buscassem a conscientização dos alunos para a conservação dessas línguas, sobretudo aquelas que têm grandes chances de serem extintas a médio ou a curto prazo.

Outro ponto que merece ser ressaltado é que a maioria das obras consultadas não trouxeram a noção de mudança linguística, com exceção da coleção *Português: contexto, interlocução e sentido*, mas ainda assim a abordagem foi feita de maneira superficial. O estudo da variação linguística é fundamental para a compreensão do fenômeno da mudança linguística e conseqüentemente para entendermos que a língua varia em tempo e espaço. Sobre essa questão, Bagno (2007) afirma:

Alguns livros didáticos abordam o fenômeno da mudança, mas quase nunca avançam no sentido de esclarecer que a mudança não parou, que a língua continua se transformando e que no futuro ela será tão diferente do que é hoje quanto a de hoje é diferente da que se falava há quinhentos ou mil anos (BAGNO, 2007, p. 132).

Vale registrar que os livros didáticos analisados nesse estudo possuem *Manual do Professor*, o que contribuiu bastante para o nosso trabalho, haja vista que os suplementos didáticos e metodológicos destinados ao professor revelam os pressupostos teóricos metodológicos dos autores. Nesse sentido, discutiremos e reproduziremos trechos dessas obras, com o intuito de mostrar o direcionamento dado aos docentes de Língua Portuguesa por parte das obras didáticas selecionadas.

4.2.1 Livro didático 1: *Português, Interlocução e Sentido*

No volume 1 da coleção *Português, Interlocução e Sentido*, a seção denominada *Guia de recursos*, que corresponde ao Manual do Professor, é constituída pela fundamentação teórico-metodológica de cada um dos três grandes blocos nos quais a obra didática está dividida: Literatura, Gramática e Produção de Texto. Em cada uma dessas três subdivisões, verifica-se uma lista com sugestões de leitura, além de indicações de revistas e *sites* que oferecem artigos, textos e outros materiais que podem enriquecer o trabalho do professor em sala de aula.

Além disso, o *Guia* apresenta uma seção intitulada *Propostas pedagógicas e reflexões sobre a prática docente*, na qual mostra como os eixos cognitivos do Enem podem ser explorados. Também propõe uma *Ficha de elaboração e avaliação de práticas docentes* e traz as respostas aos exercícios propostos. Além disso, o guia reproduz a *Matriz de Referência e objetos de conhecimento da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* (Enem 2009) articulada com os conteúdos trabalhados em cada capítulo.

No subtópico *Um olhar para a gramática*, as autoras descrevem os objetivos gerais da coleção, perpassando por conceitos como *linguagem*, *variação linguística*, intencionalidade discursiva, dentre outros. As autoras defendem o ensino da gramática como instrumento facilitador para conhecer a linguagem:

Em termos pedagógicos, o que se propõe, em suma, é que a gramática seja ensinada de tal forma que os alunos possam perceber que a linguagem é parte integrante de suas vidas, dentro e sobretudo, fora da escola; (...). Os estudos gramaticais devem ser vistos, nesse contexto, como instrumento que facilita a obtenção de um conhecimento sobre a linguagem e seus usos em situações reais (FERREIRA et al, 2013, p. 16).

Quanto ao tratamento dado por essa coleção à oralidade, o *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*, na resenha escrita, aponta que a obra destina poucos capítulos para abordar a temática:

O tratamento dado à oralidade propicia um trabalho bem desenvolvido e orientados com essa modalidade de língua, tanto no Livro do Aluno quanto no Manual do Professor. No entanto, a oralidade não é sistematicamente explorada na obra, pois o trabalho com gêneros de oralidade é realizado apenas em alguns capítulos (BRASIL, 2014, p. 30).

4.2.2. Livro didático 2: *Novas Palavras*

No primeiro volume da coleção *Novas Palavras*, de Mauro Ferreira e outros colaboradores, há uma seção intitulada *Conversa com o professor*, subdividida em três principais eixos – Literatura, Gramática e Redação/leitura. No eixo de Gramática, o professor encontra os objetivos gerais da coleção, além dos pressupostos teóricos e a metodologia. O volume expõe brevemente a área de estudo da Semântica e Pragmática e a de Análise do Discurso.

Entretanto, certamente o conteúdo mais enriquecedor desse Manual está na seção *Objetivos, sugestões de procedimentos e propostas de atividades complementares de Gramática*, onde é possível encontrar respostas às atividades propostas com comentários, bem como exercícios complementares e complementações teóricas sobre cada capítulo. Além disso, há sugestões de bibliografias especializadas para que o professor possa aprofundar-se em seus conhecimentos linguísticos.

No caso dos capítulos destinados ao tratamento da VL (capítulos 1 e 2), como complementação teórica o volume traz a distinção entre “norma” e “regra” (nos suplementos teóricos do capítulo 1) e as origens dos estudos de Variação Linguística (nos suplementos teóricos do capítulo 2). Sobre a diferenciação entre *norma* e *regra*, os autores registram:

A noção de norma remete à relação que as sociedades estabelecem com as línguas e seus usos. A noção de regras remete a fenômenos internos ao funcionamento das línguas e aponta para o fato de que toda língua obedece a organizações específicas nos planos fonético, morfológico e sintático (FARACO et al, 2013 p. 63).

Em relação à abordagem linguística da coleção, o *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa* traça os seguintes apontamentos:

O trabalho com os conhecimentos linguísticos é desenvolvido, focando-se na teoria – a descrição e a prescrição gramaticais e – nas atividades – a semântica, a variação linguística e o uso. A coleção investe no ensino produtor reflexivo da língua, mas não abre mão de categorizações da Gramática Normativa. A obra dedica um capítulo à variação linguística, tema que retoma ocasionalmente por meio de boxes, e foca seu trabalho na norma padrão, através da análise dos diferentes recursos morfológicos, sintáticos e semânticos do português. Além dos exercícios tradicionais de identificação e classificação, há atividades que buscam levar o aluno a compreender a gramática no funcionamento da língua. No texto e no discurso (BRASIL, 2014, p. 44-45).

4.2.3 Livro didático 3: *Língua Portuguesa*

No volume 1 da coleção *Língua Portuguesa*, de Roberta Hernandez e Vima Lia Martin, o Manual do Professor divide-se em três partes, sendo elas: *Novos Rumos para o Ensino Médio; Concepção de ensino e Orientações, sugestões didáticas e gabaritos*.

Na primeira parte, são destacados aspectos curriculares do Ensino Médio, tendo como base as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Na segunda parte desse material complementar, encontram-se os pressupostos teórico-metodológicos, subdivididos nos eixos de *leitura, literatura, uso da língua, oralidade e produção de textos*. Sobre a prática do uso da língua, as autoras escrevem:

É fundamental, portanto, refletir sobre a língua portuguesa em contextos funcionais e significativos, que contemplem a dinamicidade dessa cognição emergente, mas que não percam de vista a formação de cidadãos íntegros, com consciência humanista e espírito crítico, detentores das habilidades necessárias ao exercício da cidadania (HERNANDES; MARTIN, 2013, p. 13).

O *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa* considera que a abordagem dos conhecimentos linguísticos na coleção restringe-se a poucos capítulos:

Os conhecimentos linguísticos são explorados em capítulos específicos, um tópico por unidade, e remetem a assuntos pertinentes à gramática normativa, à variação linguística e à linguística textual (coesão textual, intertextualidade, entre outros princípios). O ensino do eixo conhecimentos linguísticos é quase totalmente restrito a tais capítulos e, geralmente, articula-se com a da leitura, cujos textos são selecionados com a finalidade de se realizar estudos sobre o funcionamento (BRASIL, 2014, p. 35).

Por fim, na parte 3 do Manual do Professor, o discente terá a disposição indicações de

leitura, apontamentos gerais sobre cada um dos capítulos que compõem cada volume da coleção e atividades complementares. Na seção destinada ao capítulo 11 (*Variação linguística*) do volume 1, há uma proposta de debate sobre preconceito linguístico, que visa aprofundar a discussão sobre o tema. O volume oferece algumas orientações para o professor melhor organizar e mediar o debate. (como leitura complementar são sugeridas duas obras de Marcos Bagno).

4.2.4 Livro didático 4: *Português: língua e cultura*

No volume 2 da coleção *Português: língua e cultura*, de Carlos Alberto Faraco, o docente encontrará um material complementar bastante significativo, sobretudo em reflexões sobre língua e linguagem, o ensino da norma padrão, a importância de se trabalhar a oralidade em sala de aula, entre outras importantes considerações. Na subseção destinada a *Reflexões sobre a linguagem*, os autores enfatizam a relevância de se compreender a realidade da língua em seus níveis sócio-históricos e estruturais. Sobre esse assunto, o autor afirma:

Esse pensar envolve tanto a compreensão da realidade estrutural da linguagem (isto é, de sua organização gramatical e funcional), quanto, e especialmente, a compreensão de sua realidade social e histórica (isto é, da variação histórica) (FARACO et al, 2013, p.250).

Dentre as várias discussões e apontamentos que o Manual do Professor apresenta, o autor chama a atenção para o fato de o ensino atual ainda não ter alcançado o caminho efetivo, pedagogicamente falando, para abordar a Variação Linguística, situação que se deve à “cultura do erro” que molda a concepção de língua que a maioria tem:

Acreditamos que a escola ainda não encontrou um caminho pedagógico adequado para tratar da variação linguística. Parece faltar ainda uma superação crítica da “cultura do erro” – que tão profundamente molda nosso modo de olhar a linguagem. Parece que temos ainda medo da variação e continuamos uma sociedade que não quer reconhecer sua cara linguística (FARACO, 2013, p. 250).

A coleção como um todo, mais especificamente o 2º volume, dedica-se a oferecer uma alternativa ao ensino de LP, ensino esse que não desconsidera o acesso à norma padrão (com condições para seu domínio), porém partindo do pressuposto de que a língua é um “conjunto múltiplo e entrecruzado de variedades – geográficas, sociais e estilísticas.” Na resenha sobre a obra, o *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa* traz a seguinte análise:

A abordagem dos conhecimentos linguísticos se faz predominantemente dentro de perspectiva reflexiva e tem caráter funcional; secundariamente, há um direcionamento para a sistematização dos conhecimentos gramaticais. (...) Nos capítulos do bloco “Enciclopédia da Linguagem”, a intenção é realizar uma reflexão sobre os fenômenos da língua/linguagem, trazendo para o centro da discussão questões como preconceito linguístico, variação linguística, empréstimos, estrangeirismo etc. (...) A coleção chama a atenção para o fato de a língua padrão ser uma realidade variável, não ser uniforme, mudar no tempo e o padrão falado ser diferente do escrito. Por outro lado, a obra aponta as vantagens socioculturais da língua padrão. Por fim, pode-se afirmar, ainda, que as propostas são diversificadas, contemplando os vários níveis de estudo da língua, mas com ênfases em questões morfo sintáticas, textuais e discursivas (BRASIL, 2014, p. 53).

4.2.5 Livro didático 5: *Ser Protagonista: Língua Portuguesa*

No volume 1 da coleção *Ser Protagonista: Língua Portuguesa*, editada por Roberto de Araújo Ramos, o suplemento destinado ao professor apresenta grande densidade de complementos teóricos e sugestões didáticas, além das respostas dos exercícios propostos. No que tange à variação linguística, são várias as citações que ampliam e aprofundam o conhecimento do professor na temática da VL e demais conceitos envolvidos. A título de exemplificação, tem-se um fragmento de um artigo de Bagno (2009) que traz reflexões sobre a educação linguística:

A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir ou condenar uma variedade linguística equivale a denegrir e a condenar os seres humanos que a falam (BAGNO, 2009, p. 158).

Segundo a resenha da coleção, que está no *Guia do PNLD Língua Portuguesa 2015*, é possível notar que a VL não é tratada como centro dos objetivos principais da obra, uma vez que a norma padrão assume posição de destaque dentro das unidades que compõem o eixo da linguagem. Sobre o tratamento linguístico da obra, o Guia resenha:

A variação linguística é abordada não como foco de estudo das unidades, que assume como objeto a norma padrão da língua, mas, principalmente, por meio de boxes que estabelecem relações entre a norma padrão e outras diversidades linguísticas e também na parte de Literatura, por meio da análise das características das obras apresentadas. As atividades propostas, em sua maioria, tomam o texto como ponto de partida, o que possibilita uma reflexão sobre a natureza e o funcionamento da linguagem. e da língua portuguesa (BRASIL, 2014, p. 75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este estudo, alguns apontamentos e comentários tornam-se necessários. Primeiramente, apesar de o presente trabalho não ter se baseado em uma análise comparativa com publicações didáticas de diferentes anos, é válido registrar que os livros didáticos de LP publicados mais recentemente (certamente de 2010 em diante) avançaram no sentido de elaborar um ou mais capítulos destinados à temática da VL. Certamente, se fizéssemos um estudo comparativo entre obras didáticas publicadas há 5, 10, 20 e 30 anos, constataríamos diferenças quanto à presença ou a ausência de capítulos e de suporte teórico e metodológico sobre o assunto. Assim, se realizássemos esta pesquisa de maneira diacrônica, certamente notaríamos que os conteúdos e referências curriculares da LP sofreram mudanças e tendem a continuar sofrendo.

Após a análise do estudo, foi possível avaliar quais são as concepções linguísticas que os autores das obras didáticas possuem, dentre outros aspectos. De maneira geral, as seguintes percepções foram notadas:

- a. Todas as obras apresentaram pelo menos um capítulo destinado ao tratamento da variação linguística (dentre as obras analisadas, algumas trouxeram dois ou mais capítulos que envolvem a temática da VL);
- b. entre as obras investigadas, verificou-se uma confusão terminológica entre os autores, no que diz respeito à teorização de termos relacionados à variação linguística;
- c. poucos autores traçaram de forma fundamentada a distinção entre *norma culta* e *norma padrão*;
- d. os livros didáticos trazem, no decorrer da discussão sobre a VL, a perspectiva linguística de que não há erro na língua; o que existem são formas distintas de se expressar os mesmos significados;
- e. nas obras investigadas, tratou-se da existência de variedades linguísticas que são estigmatizadas, o que recai no preconceito linguístico, que na realidade, tem uma discriminação social;
- f. não se observou uma teorização ampla abrangendo os conceitos de *adequação*, *mudança* e *competência linguísticas*. Ou seja, as obras analisadas abordaram apenas

um dos fenômenos, mas não os apresentou de forma articulada e continuada.

Dessa maneira, infere-se que existem falhas e lacunas que precisam ser preenchidas na produção de material didático em língua portuguesa. Contudo, faz-se necessário apontar que alguns passos já foram dados no sentido de que os livros didáticos acompanhem os estudos linguísticos. Cabe destacar aqui que todos os livros didáticos selecionados foram indicados no *Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Língua Portuguesa*, e, portanto, foram avaliados por uma equipe de especialistas no componente curricular.

Paralelamente, um aspecto que merece ser comentado diz respeito à deficiência nos currículos dos cursos de Letras no que poderíamos chamar de “habilidade de pensar didaticamente”. O próprio fato de selecionar material didático para a educação básica configura-se como tarefa complexa, sobretudo se essa competência não for devidamente trabalhada nas licenciaturas em Letras. A realização deste trabalho foi uma excelente oportunidade para exercitar tal competência (mesmo que não de maneira exaustiva) e perceber o quão importante é pensar linguística e educacionalmente a formação acadêmica de nossos cursos.

Um fato bastante perceptível, não só na produção de recursos didáticos em LP, mas nas discussões linguísticas como um todo, e que recai sobre a estrutura curricular e demais aspectos da educação, refere-se ao impasse entre a tradição gramatical e os estudos linguísticos modernos. Para Bagno (2013), a visão conservadora, que permanece nas obras didáticas, justifica-se pelo fato de existir um círculo vicioso na elaboração e na escolha dos livros didáticos, do qual as editoras e professores fazem parte. O autor comenta isso na contracapa de seu livro *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*:

(...) as editoras produzem livros conservadores porque as professoras e professores escolhem livros conservadores, e as professoras e professores – sem formação adequada – escolhem livros conservadores porque as editoras produzem livros conservadores (BAGNO, 2013, p. 2).

Por fim, podemos dizer que o saldo total do estudo foi positivo. Conforme já registrado anteriormente, o objetivo inicial está longe de lançar críticas ou comparações negativas aos autores que produziram as obras selecionadas, mas sim de contribuir e instigar novos estudos da área de Sociolinguística Educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Luiza M. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

ALVES, Roberta Hernandez; MARTIN, Vima Lia. **Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2013.

AMARAL, Emília et al. **Novas Palavras**. 2. ed., São Paulo: FTD, 2013.

ANTUNES, Irandé. **Ensino de Língua Portuguesa: repercussões educacionais, políticas e socioeconômicas**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/46/43>>. Acesso em: 9 out. 2015.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**. Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História Concisa da Língua Portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.7

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: opressão, liberdade?** São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio**. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: língua portuguesa: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. **Formação de Professores do Ensino Médio, etapa I, caderno III:** o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica [autores: Carlos Artexes Simões, Monica Ribeiro da Silva] Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Saber uma língua é separar o certo do errado?** A língua é um organismo vivo que varia conforme o contexto e vai muito além de uma coleção de regras e normas de como falar e escrever. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.com.br>. Acesso em: 7 nov. 2015.

CUNHA; CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIAS, Paula Maria Cobbuci Ribeiro. **Contribuições da Sociolinguística Educacional para materiais de formação continuada de professores de Língua Portuguesa.** Universidade de Brasília, 2011.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Livros e Letras.** Diário na escola – Santo André. 27 agosto 2004. Disponível em: avisala.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Diário-na-Escola-Livros-e-Letras.pdf. Acesso em: 7 out. 2015.

FARACO, Carlos Alberto. **Português: língua e cultura, 2º ano, ensino médio.** Curitiba: Base Editorial, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma padrão brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Coleção Leitura: Paz e Terra, 2002.

GIANNETTI, Eduardo. **O livro das citações: um breviário de ideias replicantes.** São Paulo:

Companhia das Letras, 2008.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente:** a língua que estudamos, a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, William. **Sociolinguística:** uma entrevista com William Labov. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 5, n. 9, ago. 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade:** por uma nova concepção da língua materna. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MARTIN, Via Lima; HERNANDES, Roberta. **Língua Portuguesa**, vol. 1. São Paulo: Positivo, 2013.

RAMOS, Roberto de Araújo. **Ser Protagonista: Língua Portuguesa 1º ano: ensino médio.** São Paulo: Edições SM, 2013.

RÓNAI, Paulo. **Dicionário Universal de Citações.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1985.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, Mercado de Letras, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta. **Doa-se lindos filhotes de poodle:** variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolinguística e a língua materna.** Curitiba: Ibplex, 2009.

APÊNDICE - Capa dos livros didáticos utilizados

	<p>Livro didático 1: <i>Português, Contexto, Interlocução e Sentido</i></p> <p>Autoras: Maria Luiza Abaurre, Maria Bernadete Maria Abaurre e Marcela Pontara</p> <p>Editora: Moderna</p>
	<p>Livro didático 2: <i>Novas Palavras</i></p> <p>Autores: Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio</p> <p>Editora: FTD</p>
	<p>Livro didático 3: <i>Língua Portuguesa (vol. 1)</i></p> <p>Autoras: Roberta Hernandez e Via Lima Martin</p> <p>Editora: Positivo</p>
	<p>Livro didático 4: <i>Português: língua e cultura</i></p> <p>Autor: Carlos Alberto Faraco</p> <p>Editora: Base Editorial</p>
	<p>Livro didático 5: <i>Ser Protagonista Língua Portuguesa</i></p> <p>Autor: Rogério de Araújo Ramos</p> <p>Editora: Edições SM</p>

